

Dauster retoma negociação segunda sem proposta nova

Dívida Externa

13 DEZ 1990

JORNAL DE BRASÍLIA

Ivaldo Cavalcante 16.03.89

O Brasil reiniciará as negociações com os bancos credores da dívida externa na próxima segunda-feira. A equipe brasileira, chefiada pelo embaixador Jório Dauster, embarca domingo à noite para Nova Iorque e terá, durante a próxima semana, sua última rodada de conversas com os credores neste ano. Segundo Dauster, a equipe brasileira não levará uma nova proposta aos credores para o pagamento dos juros atrasados. "Vamos trabalhar em cima da última proposta que apresentamos, tentando avançar em alguns pontos", informou ontem o embaixador. Fontes do Ministério da Economia acrescentaram que "serão exploradas algumas idéias novas", esclarecendo, porém, que serão mantidos os princípios básicos da estratégia brasileira, como o de não desembolsar nada além da capacidade de pagamento do governo, e a de trocar os atuais títulos da dívida por bônus de longo prazo.

A missão volta ao Brasil na quinta-feira. No Ministério da Economia, não há expectativa de que seja concluído algum acordo com os credores durante as conversações da próxima semana. Desse modo, ficará frustrada o desejo manifestado pelo presidente Fernando Collor, logo depois de sua posse, de ver resolvida o problema da dívida externa ainda este ano. De acordo com fontes envolvidas no processo de negociação, as conversações com os credores poderão se prolongar por mais alguns meses, caso os bancos, na última hora, não resolvessem ceder em algumas de suas posições.

Rockefeller

A última oferta brasileira aos credores propunha o pagamento de cerca de US\$ 1,2 bilhão ainda este ano, referentes aos atrasados acumulados até agora, e mais US\$ 320



Dauster: última rodada do ano

milhões no primeiro trimestre de 1991, relativos aos juros a vencer entre janeiro e março próximos. O restante dos juros — cerca de US\$ 8,3 bilhões entre compromissos já vencidos ou a vencer até março — seria transformada em bônus de até 15 anos de prazo. Os credores, segundo fontes do Banco Central, ainda acham muito baixa a oferta brasileira e não concordam com o prazo proposto para os bônus. Além disso, não aceitaram a vincular o problema dos atrasados à solução de longo prazo para os quase US\$ 60 bilhões da dívida total do Brasil, ao contrário do que deseja o governo.

O banqueiro David Rockefeller, maior acionista do Chase Manhattan Bank, um dos maiores credores do País, esteve ontem com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para discutir as dificuldades do processo de negociação da dívida. Segundo relato do porta-voz do Ministério da Economia,

FMI reduz sua taxa de juros

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aceitou reduzir sua taxa de juros, decisão que pode representar uma economia de cerca de US\$ 100 milhões anuais para os países devedores. Os juros do FMI, que atualmente equivalem a 91,3% das taxas de bônus públicos de curto prazo praticadas nos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha e França, devem ser reduzidos para 87,8% destas taxas. A decisão do FMI é retroativa a novembro e pode reduzir a dívida de US\$ 30 bilhões, somente em atrasos, que os países como o México, Argentina, Brasil, Venezuela e Índia mantêm com o Fundo.

Marcos Caramurú, Rockefeller disse que a comunidade internacional deseja que o programa de ajustamento da economia brasileira dê certo. Apesar disso, Rockefeller, que estava acompanhado de três executivos do Chase, frisou que esperava uma solução rápida para o problema dos atrasados. "Quando mais cedo se resolver esta questão, mais rapidamente retornarão os investimentos de que o Brasil necessita", argumentou. A ministra Zélia respondeu que o governo brasileiro também tem interesse numa solução rápida do problema da dívida, mas ponderou que o que está dificultando as negociações é a diferença de pontos de vista entre os dois lados. Enquanto os banqueiros analisam o problema a partir de suas necessidades imediatas, o Brasil tem a preocupação de estabilizar sua economia a longo prazo. Rockefeller também esteve ontem com o presidente Fernando Collor, no Palácio do Planalto.